



GOVERNO DO
PIAUI

AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

Riscos Fiscais

Caso Prático de ação de mitigação

PEC 66/2023: Sustentabilidade Financeira
Municipal e Estadual

Ciclo de mitigação de risco fiscal



Diagnóstico do risco, detalhamento das causas e de possíveis soluções



Mensuração do impacto do risco fiscal e das medidas mitigadoras



Definição de estratégia de mitigação

Na definição da estratégia de mitigação do risco devem ser ouvidas as áreas envolvidas, os recursos disponíveis, o tempo exigido, oportunidades existentes e outros fatores




Definição de ação de mitigação

Ação ou conjunto de ações que seguem uma estratégia para mitigação do risco



Implementação da ação para mitigação

A implementação é uma etapa complexa, pois geralmente envolve várias áreas e pode envolver mudanças normativas.



Desafios: Dívidas Judiciais (Precatórios)



Compressão Fiscal

As dívidas judiciais sobrecarregam severamente as finanças das entidades subnacionais.



Taxas de Correção Exorbitantes

A indexação da SELIC torna os precatórios excessivamente custosos. A dívida cresce mais rápido que a receita.



Pagamentos Imprevisíveis

Não há limite anual de pagamento, o que dificulta o planejamento orçamentário. As obrigações criam incerteza financeira.



Acesso de Crédito Limitado

As entidades subnacionais não têm linhas de crédito acessíveis. Elas não podem liquidar essas obrigações facilmente.

Esses problemas exigem atenção urgente. Sem políticas estruturadas, as demandas judiciais permanecem não resolvidas. Isso perpetua um ciclo de instabilidade financeira.

Precatórios Estaduais: Diagnóstico

Estados Afetados

- 21 estados estão sob regimes especiais de pagamento de precatórios.
- 8 estados do Nordeste estão em regimes especiais.

Dívida Pendente

- A dívida total pendente desses 21 estados é de R\$101,7 bilhões.
- Os estados do Nordeste respondem por R\$23,9 bilhões.

Juros Projetados

- Os juros estimados para esses 21 estados é de R\$15 bilhões em 2025.

Esses dados destacam o significativo ônus fiscal. Enfatizam a necessidade de uma reforma urgente. O sistema atual é insustentável para muitas regiões.

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO



CURTO PRAZO

- Redução do custo dos débitos e do impacto sobre as finanças
- Oportunidade: PEC 66/2023
- Ação Estratégica: Interlocução com instâncias técnicas e políticas dos demais entes federativos



MÉDIO LONGO PRAZO

- Identificação e tratamento dos atos potenciais que geram futuras demandas judiciais e possíveis precatórios
- Ação Estratégica: Estabelecer, em conjunto com as áreas envolvidas, melhorias em processos e controles que mitiguem as causas da geração de demandas judiciais





Soluções Propostas: Curto Prazo

PEC 66/2023



Estender o Prazo de Pagamento

Regime especial de pagamento de precatórios estendido até 2039.



Limites Anuais de Pagamento

Estabelecer limites anuais de pagamento com base na Receita Corrente Líquida (RCL).



Alteração do Método de Correção

Alterar as atualizações do saldo da dívida para IPCA + 2% ao ano.



Financiamento Acessível

Fornecer financiamento de baixo custo, fora do limite, para pagamentos de precatórios.

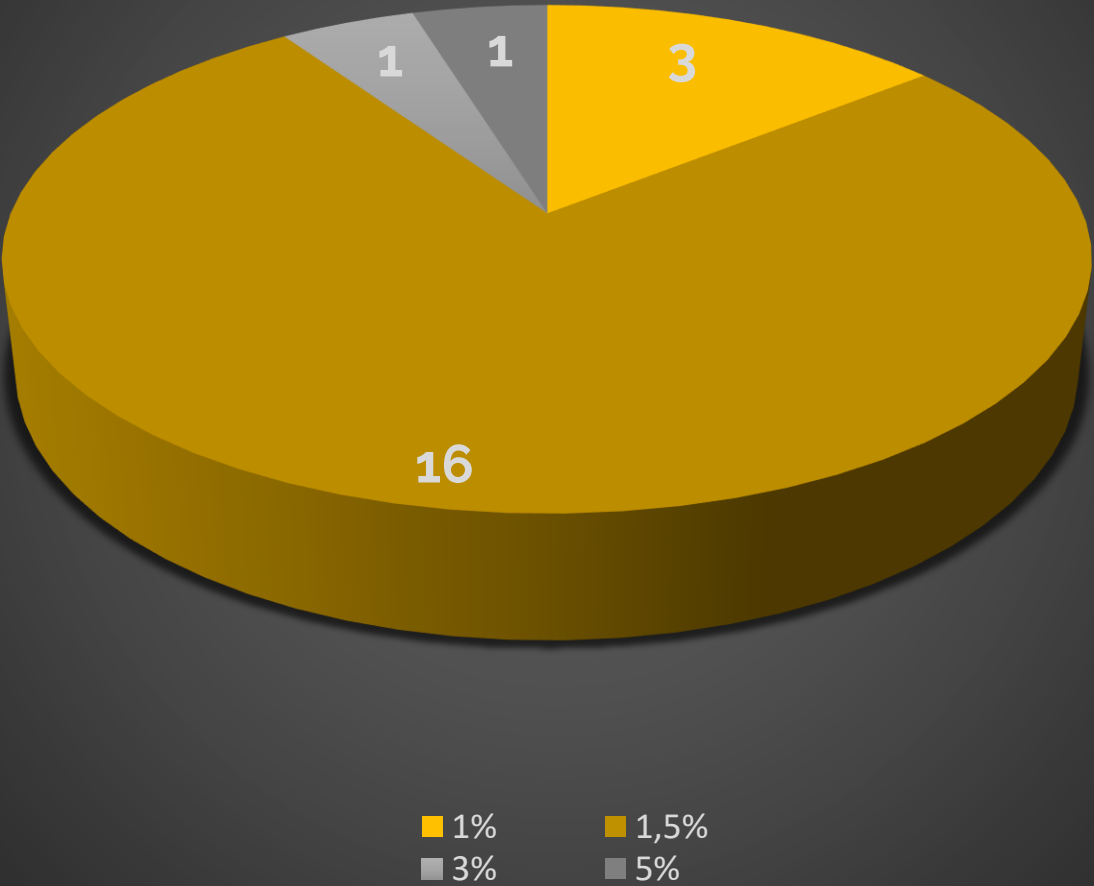
Essas medidas visam aliviar a pressão imediata. Elas também promovem a estabilidade fiscal de longo prazo. Cada solução aborda um ponto crítico do problema.

Extensão do Prazo Especial de Pagamento de Precatórios

Estado	Precatório Vencido	Estimativa mensal 2029	Estimativa mensal 2034	Estimativa Mensal 2039
MS	R\$ 186.370.312,47	R\$ 4.278.325,21	R\$ 2.406.040,73	R\$ 1.872.284,48
SC	R\$ 4.472.509.155,82	R\$ 102.671.119,90	R\$ 57.740.093,20	R\$ 44.931.026,70
RS	R\$ 16.445.770.953,24	R\$ 377.529.852,39	R\$ 212.314.903,01	R\$ 165.214.949,38
GO	R\$ 961.536.472,61	R\$ 22.073.074,20	R\$ 12.413.435,86	R\$ 9.659.638,34
RO	R\$ 1.646.699.683,63	R\$ 37.801.711,47	R\$ 21.258.892,92	R\$ 16.542.818,55
BA	R\$ 8.683.690.090,24	R\$ 199.343.177,48	R\$ 112.106.439,06	R\$ 87.236.738,42
PE	R\$ 450.776.060,05	R\$ 10.348.035,36	R\$ 5.819.518,94	R\$ 4.528.516,43
RR	R\$ 745.247.432,19	R\$ 17.107.933,33	R\$ 9.621.144,35	R\$ 7.486.788,98
CE	R\$ 862.960.036,99	R\$ 19.810.149,14	R\$ 11.140.814,08	R\$ 8.669.335,07
MT	R\$ 565.387.351,63	R\$ 12.979.057,29	R\$ 7.299.150,71	R\$ 5.679.906,58
PR	R\$ 7.377.350.533,71	R\$ 169.354.788,29	R\$ 95.241.595,39	R\$ 74.113.192,90
MA	R\$ 2.091.639.261,07	R\$ 48.015.764,28	R\$ 27.003.062,86	R\$ 21.012.701,42
SP	R\$ 30.657.714.956,27	R\$ 703.779.873,55	R\$ 395.791.100,09	R\$ 307.988.773,47
PI	R\$ 2.510.489.168,60	R\$ 57.630.901,46	R\$ 32.420.002,46	R\$ 25.210.899,00
RJ	R\$ 7.231.429.398,19	R\$ 166.005.016,18	R\$ 93.357.753,53	R\$ 72.647.262,65
RN	R\$ 3.214.637.210,88	R\$ 73.795.355,36	R\$ 41.500.966,39	R\$ 32.294.388,97
PB	R\$ 4.614.817.360,18	R\$ 105.937.953,39	R\$ 59.577.292,12	R\$ 46.360.661,27
MG	R\$ 2.676.442.863,40	R\$ 61.440.541,89	R\$ 34.552.877,37	R\$ 26.887.664,52
SE	R\$ 1.536.360.002,21	R\$ 35.268.748,82	R\$ 19.834.407,63	R\$ 15.434.341,19
DF	R\$ 4.492.865.004,76	R\$ 103.138.409,68	R\$ 58.002.887,21	R\$ 45.135.522,47
AP	R\$ 356.942.047,58	R\$ 8.193.977,58	R\$ 4.608.121,83	R\$ 3.585.855,75
Total	R\$ 101.781.635.355,72	R\$ 2.336.503.766,27	R\$ 1.314.010.499,74	R\$ 1.022.493.266,54

A extensão do prazo de pagamento reduz significativamente os encargos mensais. Essa estratégia fornece um respiro crítico para os estados. Permite um pagamento da dívida mais gerenciável.

Quantidade de UFs



Diferimento Mensal no Pagamento

PI	MS	SP	RS
R\$ 28,9 Mi	R\$ 0,67 Mi	R\$ 284,8 MI	R\$ 127,3 Mi

UF	SALDO DEVEDOR/RCL	LIMITE DE PAGAMENTO ANUAL RCL
MS	0,91%	1,00%
AP	4,00%	1,50%
PE	1,03%	1,00%
MT	1,71%	1,00%
CE	2,37%	1,50%
GO	2,27%	1,50%
RR	9,59%	1,50%
MA	7,07%	1,50%
MG	2,59%	1,50%
SE	10,04%	1,50%
RO	11,58%	1,50%
SC	9,60%	1,50%
RJ	7,80%	1,50%
PI	14,61%	1,50%
PB	24,38%	3,00%
DF	12,44%	1,50%
RN	18,62%	1,50%
PR	11,14%	1,50%
BA	13,35%	1,50%
RS	27,39%	5,00%
SP	12,20%	1,50%

Mudança no Método de Correção de Precatórios

R\$ 7,3B

Economia Anual

A mudança de SELIC para IPCA + 2% gera economias significativas anualmente.

R\$ 1,7B

Redução de Juros Nordeste

Menor acúmulo de juros minimiza o crescimento da dívida a longo prazo.

47,9%

Alívio Fiscal

Esta mudança oferece um alívio fiscal substancial para os estados em relação a correção dos débitos.

Este ajuste evita que a dívida supere a receita. Ele alinha a correção de precatórios com indicadores econômicos sustentáveis. Isso cria um sistema mais equitativo e gerenciável.





Resultados Esperados

Prazo de Pagamento Estendido

- Piauí: R\$302,5 milhões economizados anualmente.
- Nordeste: R\$2,89 bilhões de economia anual.
- Todos os Estados: R\$12,2 bilhões de economia anual.

Mudança no Método de Correção

- Piauí: R\$181,2 milhões economizados anualmente.
- Nordeste: R\$1,73 bilhão de economia anual.
- Todos os Estados: R\$7,34 bilhões de economia anual.

Limites de Pagamento Anual

- Piauí: R\$347,9 milhões economizados anualmente.
- Nordeste: R\$2,61 bilhões de economia anual.
- Todos os Estados: R\$786,6 milhões de economia anual.

Essas medidas combinadas oferecem alívio fiscal substancial. Elas promovem a saúde financeira de longo prazo para os estados. Isso garante maior estabilidade e previsibilidade.

Informações de Contato

Equipe de Liderança

**Emílio Joaquim de Oliveira
Júnior**

Secretário de Estado das
Finanças

Gestão do Tesouro

**James Lane Ramos de
Sousa**

Superintendente do
Tesouro Estadual

Sustentabilidade Fiscal

**Antônio Marcos Milanêz
Cavalcante**

Diretor, Unidade de
Sustentabilidade Fiscal e
Empresas Estatais

Nossa equipe está comprometida em implementar essas reformas vitais. Damos as boas-vindas a mais discussões e colaborações. Obrigado pelo seu tempo e atenção.

